

Giddens em pílulas (1): as vias de um pensador



Por Gabriel Peters (UFPE)

Nascido na Inglaterra em 1938, o teórico social Anthony Giddens trilhou um percurso intelectual que pode ser dividido, grosso modo, em quatro fases: 1) a exposição do legado da sociologia clássica, centrada primordialmente sobre as obras de Marx, Durkheim e Weber (1971-1976); 2) a elaboração da “teoria da estruturação”, um modelo analítico desenvolvido, nas décadas de 1970 e 1980, a partir do diálogo crítico com um vasto estoque de correntes teóricas das ciências sociais (1976-1984); 3) o exame sociológico dos traços institucionais e das trajetórias de desenvolvimento da *modernidade*, inclusive na sua fase “tardia” ou “reflexiva” (1985-1994); 4) a atividade de intelectual público, na qual Giddens adquire proeminência, sobretudo, como um dos arquitetos do programa político da “terceira via”, em associação com o “Novo Trabalhismo” de Tony Blair (de 1994 até o presente).

A presente série de posts é devotada à apresentação do pensamento de Giddens em doses controladas, na esteira de [um exercício farmacológico similar voltado à sociologia de Bourdieu](#). Na medida em que o conjunto destas pílulas se

concentrará sobre a teoria da estruturação, a contribuição mais importante de Giddens às ciências sociais segundo a opinião(zinha) desse escriba, este primeiro texto situa tal empreitada teórica na trajetória intelectual mais ampla do pensador britânico.

A herança dos clássicos

Na primeira etapa de sua trajetória, Giddens se destacou por suas interpretações minuciosas do legado da sociologia clássica, especialmente da “Santíssima Trindade” composta por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. A ideia de um cânone clássico formado por esses “três porquinhos”, para usar agora o apelido profano, tornou-se um lugar-comum da sociologia contemporânea, abraçado mesmo por aqueles que defendem a inclusão de outros nomes nesse panteão (como Tocqueville, Tarde e Simmel). Entretanto, no contexto intelectual das primeiras publicações de Giddens, dentre as quais se destaca seu livro *Capitalismo e moderna teoria social* ([1971] 2000a), tal perspectiva estava longe de ser consensual. O elenco simultâneo dos três autores entre os fundadores da análise sociológica era dificultado, naquele cenário, por uma contraposição entre “sociologia” e “marxismo”. De um lado, vários sociólogos acadêmicos seguiam Parsons ao localizarem a fundação de uma ciência social “genuína” na geração da passagem do século XIX ao XX, com Marx sendo tido como exemplar dos sistemas especulativos que marcaram a etapa “pré-científica” da sociologia. De outro lado, diversos autores marxistas retribuíaam o menosprezo da sociologia acadêmica ao conceberem as formulações de Durkheim e Weber quer como meras respostas ideológicas “burguesas” ao desafio marxista, quer como apêndices superficiais do retrato verdadeiramente radical que Marx forneceu da sociedade moderna.

As preocupações que atraíram Giddens nas obras dos clássicos são basicamente as mesmas que ele exploraria ao longo de sua própria trajetória intelectual: a) uma caracterização teórica dos fenômenos que compõem o objeto das ciências sociais, acompanhada de orientações metodológicas a respeito de como tal objeto deve ser empiricamente estudado; b) um retrato das propriedades e tendências inerentes à sociedade *moderna* em particular, isto é, ao tipo de sociedade que emergiu das revoluções que atravessaram a Europa Ocidental nos séculos XVIII

e XIX e se tornaram globais em seu impacto (urbanização, industrialização, economia de mercado, burocratização do estado e assim por diante). O Giddens maduro designará essas duas empreitadas analíticas, respectivamente, como “teoria social” e “sociologia”:

“...emprego a expressão ‘teoria social’ para abranger questões que sustentem serem do interesse de todas as ciências sociais. Essas questões relacionam-se com a natureza da ação humana e do self atuante; com o modo como a interação deve ser conceituada e sua relação com as instituições; e com a apreensão das conotações práticas da análise social. Em contrapartida, entendo que a ‘sociologia’ não é uma disciplina genérica que se ocupa do estudo das sociedades humanas como um todo, mas aquele ramo da ciência social que concentra seu foco particularmente sobre as sociedades modernas ou ‘avançadas’.” (GIDDENS, 2003: XVII-XVIII)

Tal como pensada e praticada por Giddens, a teoria social parece abranger quatro níveis de reflexão: a) um domínio *ontológico*, referente à caracterização das entidades e processos constitutivos do universo social; b) um domínio *metodológico*, que abarca as orientações intelectuais à pesquisa social empírica que derivam de certa ontologia do mundo societário; c) um domínio *epistemológico*, englobando os debates acerca de que tipo de conhecimento a ciência social é e/ou deve ser, sobretudo quando comparada às ciências da natureza; d) um domínio *normativo*, relativo à discussão dos pressupostos e das implicações ético-políticas das teorias sobre o mundo social. Ainda que se pronuncie sobre todas essas dimensões, o projeto giddensiano de teoria social atribui um primado à sua dimensão *ontológica*, isto é, à pergunta pelos constituintes básicos da vida societária: o que é um agente humano? Quais são as motivações e competências subjetivas que possibilitam a conduta em sociedade? Existem características universais da interação face a face? O que torna possível a institucionalização das práticas sociais, isto é, sua reprodução ao longo de coordenadas de tempo e de espaço que ultrapassam o alcance vital de qualquer agente individual?

Voltemos à trajetória de Giddens. Em adição a *Capitalismo e moderna teoria social*, seus estudos sobre o legado sociológico clássico resultaram em ensaios

sobre questões variadas nas obras de Marx, Weber e Durkheim, tais como a emergência do capitalismo moderno ou as relações entre ciência social e compromissos políticos (GIDDENS, 1982; 1998). Publicado em 1973, *A estrutura de classes das sociedades avançadas* constitui o ponto de transição entre a primeira e a segunda fases da trajetória intelectual de Giddens. Nesse momento, seu engajamento exclusivamente interpretativo com a sociologia clássica passa a dar lugar a esforços de teorização original, animados por uma leitura mais combativa da tradição sociológica. No livro, Giddens não apenas expõe as visões sociológicas clássicas sobre o tema das classes sociais, mas também examina criticamente tais visões, sobretudo à luz de mudanças estruturais no capitalismo que Marx, Weber e Durkheim não haviam previsto. A mesma obra mostra Giddens, inspirado em autores francófonos como Georges Gurvitch e Jean Piaget, lançar mão, pela primeira vez, do conceito de “estruturação” que se tornaria central no seu pensamento.

A teoria da estruturação

O primeiro ensaio sistemático da teoria da estruturação surge em *Novas regras do método sociológico* ([1976] 1978; 1993a), um livro que mobiliza as lições intelectuais de abordagens “interpretativas” (Schütz, Garfinkel, segundo Wittgenstein, Winch, Gadamer) e das filosofias “pós-positivistas” da ciência (Popper, Kuhn, Feyerabend, Hesse) contra o naturalismo epistemológico e o estrutural-funcionalismo teórico de Talcott Parsons. Em *Problemas centrais em teoria social*, uma obra de 1979 que teve apenas um dos seus capítulos traduzido para o português (Giddens, 2000b), Giddens burila o seu quadro analítico através de uma discussão mais detida sobre as correntes francesas do estruturalismo e do pós-estruturalismo. A formulação definitiva da teoria da estruturação emerge em 1984, com a publicação de *A constituição da sociedade* ([1984] 2003).

Uma das motivações centrais da teoria da estruturação consiste na tentativa de superar um conjunto de *dicotomias* que atravessam a reflexão socioteórica no século XX, como subjetivismo/objetivismo, individualismo/holismo, voluntarismo/determinismo e micro/macro. Dito de maneira esquemática, o movimento que anima a abordagem giddensiana é uma crítica dupla às perspectivas que percebem as estruturas sociais como meros efeitos da ação

individual, de um lado, e às abordagens que enxergam os agentes individuais como meros efeitos de estruturas coletivas, de outro. Contra visões unilaterais da relação entre “ação” e “estrutura”, Giddens postula sua *interdependência histórica*: se “a estrutura é constituída através da ação”, a própria ação também é “constituída estruturalmente” (GIDDENS, 1993a: 161).

Assim como Pierre Bourdieu e Jürgen Habermas, o pensador britânico foi uma das estrelas do “novo movimento teórico” (ALEXANDER, 1987) que, lá pelos idos dos anos 1970, chacoalhou as ciências sociais ao condensar uma série de empreitadas de *síntese* entre perspectivas socioanalíticas diversas. Tal como a teoria da ação comunicativa de Habermas e a teoria da prática de Bourdieu, o estruturacionismo de Giddens floresce do diálogo com [uma variedade impressionante de autores e escolas de pensamento](#): a “Santíssima Trindade” da sociologia clássica, o estrutural-funcionalismo de Parsons e Merton, o estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss, o pós-estruturalismo de Foucault e Derrida, [a fenomenologia de Schütz](#), a etnometodologia de Garfinkel, a pragmática da linguagem de Wittgenstein e Winch, a microssociologia da interação de Goffman, a analítica existencial de Heidegger, a psicologia neofreudiana de Erikson, a abordagem “tempo-geografia” de Hägerstrand, dentre outros.

A noção de “estruturação” sugere a intenção giddensiana em propor uma [caracterização radicalmente processual](#) da vida societária. Contra qualquer separação entre “estática” e “dinâmica” na análise científico-social, Giddens afirma que as características dos sistemas sociais, mesmo daqueles de maior abrangência no tempo e no espaço, só continuam a existir enquanto reproduzidas pelas práticas de atores concretos. Nesse sentido, em oposição à naturalização ou “coisificação” de propriedades de sistemas e estruturas sociais, a teoria da estruturação destaca que tais propriedades são ontologicamente dependentes das condutas de agentes hábeis. Porém, em oposição ao individualismo metodológico e a perspectivas “microrreducionistas”, o estruturacionismo também postula que as próprias capacidades de ação dos indivíduos são decisivamente moldadas pelas “regras e recursos” que eles encontram nas coletividades em que estão imersos. Segundo a visão de Giddens, “estruturas” são precisamente estas regras e recursos que consistem em propriedades de coletividades (“sistemas sociais”),

mas que também capacitam os atores individuais a participar das práticas de reprodução e transformação daquelas coletividades. Se os agentes têm de recorrer às estruturas para produzir efeitos na vida social, as próprias estruturas só continuam a existir historicamente se reproduzidas nas práticas daqueles agentes. As estruturas têm, nesse sentido, uma faceta *dual*, já que “são tanto constituídas *pela* agência humana como, ao mesmo tempo, o próprio *meio* dessa constituição” (GIDDENS, 1993a: 128-129; 2003: 29-33). A relação entre *língua* e *fala* constitui a ilustração predileta de Giddens para esse teorema da "dualidade da estrutura": por um lado, um idioma só possui existência continuada no tempo e no espaço caso seja reiteradamente mobilizado por falantes concretos em situações particulares; por outro lado, os próprios agentes só podem compreender uns aos outros em situações de fala porque compartilham associações entre sons e sentidos - ou "significantes" e "significados" - que nenhum deles inventou, mas que eles aprenderam em contato com a língua como uma estrutura anônima e impessoal. Tal interdependência entre língua e fala é um exemplo particular, para Giddens, da inter-relação entre estrutura e agência que é válida para o conjunto da vida social. Voltaremos a esse tema nos próximos textos da presente série.

Longe de pré-determinar os resultados de investigações empíricas de fenômenos sociais, a ontologia estruturacionista se apresenta como um recurso *sensibilizador* de tais pesquisas. O papel de sensibilização heurística da teoria da estruturação seria exemplificado pelo próprio Giddens em um estágio posterior da sua obra, quando, entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990, ele retratou as propriedades estruturais e os desenvolvimentos recentes da modernidade. A tese teórica mais geral da “dualidade da estrutura” informará sua concepção da globalização moderna em termos de interconexões entre [contextos próximos e distantes](#). Similarmente, sua caracterização dos anseios humanos por “segurança ontológica” se desdobrará no exame de como nossa experiência na modernidade tardia requer a “confiança” ou “fé” na operação de “sistemas peritos” (p.ex., a distribuição de água encanada, o sistema de transporte urbano, a inspeção de segurança alimentar, a aviação civil) cujos mecanismos internos desconhecemos.

A sociologia histórica da modernidade

Em 1981, no interregno entre *Problemas centrais em teoria social* [1979] e *A constituição da sociedade* [1984], vem à baila o primeiro volume de *Uma crítica contemporânea do materialismo histórico*, com o subtítulo *Poder, propriedade e o estado* (1981). Este livro pode ser considerado um marco de transição entre a segunda e a terceira etapas do trajeto intelectual de Giddens. Se tal obra continua a desenvolver aspectos até então pouco elaborados na teoria da estruturação, como a análise da dimensão espaço-temporal da vida societária, ela também dá início à tarefa que ocuparia Giddens pela próxima década: um retrato histórico-sociológico da modernidade. Seu diagnóstico da sociedade moderna ganha corpo com o segundo volume de seu exame crítico da (in)atualidade do materialismo histórico: *O estado-nação e a violência* (2001). Nesse livro de 1985, a modernidade é caracterizada em termos de quatro “dimensões institucionais”: a) capitalismo (produção de mercadorias através de trabalho assalariado em mercados competitivos); b) industrialismo (utilização sistemática da tecnologia na produção de bens e serviços, assim como na transformação do meio natural); c) vigilância (aparatos administrativos que controlam a população de um território mediante o acúmulo de informações e a supervisão hierárquica); d) poder militar (o monopólio centralizado da violência física legítima em um contexto de “industrialização da guerra”).

Tal diagnóstico institucional da modernidade é retomado em uma obra publicada na aurora dos anos 1990: *As consequências da modernidade* ([1990] 1991). Sem abandonar o acento sobre a novidade histórica representada pelo moderno estado-nação, este texto também amplia o foco da análise giddensiana em dois sentidos: a) “rio acima”, com um exame de processos sociais de *globalização* que ultrapassam crescentemente o alcance dos estados nacionais; b) “rio abaixo”, com uma reflexão sobre os impactos das transformações sócio-históricas da modernidade tardia nos âmbitos da existência individual, da experiência íntima e da vida cotidiana. Tal como o sociólogo alemão Ulrich Beck (BECK; GIDDENS, LASH, [1994] 1997), Giddens veio a retratar a modernidade tardia sobretudo em termos de uma tendência histórica central: a exacerbação da *reflexividade*, tanto no domínio institucional (p.ex., o uso sistemático de saber perito sobre as relações sociais na reorganização dessas próprias relações; como acontece, digamos, quando o Banco Central intervém na economia nacional com base nas premissas

de uma teoria econômica) quanto no domínio individual (p.ex., a necessidade de maior deliberação reflexiva sobre âmbitos existenciais antes entregues à força da tradição, como o percurso profissional, o feitiço do próprio corpo e as relações erótico-afetivas).

A tese giddensiana quanto a uma fase “tardia” ou “reflexiva” da modernidade indica que os retratos da sociedade moderna oriundos da sociologia clássica tinham de ser, segundo sua visão, criticamente avaliados à luz de desenvolvimentos históricos não discutidos ou preditos por Marx, Durkheim e Weber. Tais desenvolvimentos incluem, por exemplo, os limites ecológicos em que passou a esbarrar o crescimento industrial, bem como o potencial totalitário incrustado em certas instituições jurídico-políticas modernas. Ao mesmo tempo, ao preferir a noção de “modernidade” à ideia (então na moda) de “pós-modernidade”, Giddens sustentava que não havíamos entrado em uma configuração social suficientemente nova para merecer a qualificação de “pós-moderna”. Para o sociólogo britânico, a bem da verdade, as transformações que marcam a fase tardia da modernidade seriam oriundas de uma *radicalização* de características estruturais e tendências de desenvolvimento presentes no arranjo social moderno desde o seu nascedouro. Assim, por exemplo, ele caracteriza a modernidade como “inerentemente globalizante” (GIDDENS, 2001, p. 69), no sentido de que suas principais tendências desenvolvimentais envolvem a intensificação de relações sociais entre agentes fisicamente distantes uns dos outros: a formação de mercados capitalistas translocais, a ampliação territorial do domínio jurídico-político do estado, a representação cultural de pertencimento à nação como “comunidade imaginada” (para usar o famoso conceito de Benedict Anderson) e assim por diante. A “modernidade tardia” radicaliza tais processos para além das fronteiras do estado-nação.

Embora crítico à ideia de uma transição histórica para a “pós-modernidade”, Giddens, em uma inteligente “sociologização” de temas filosóficos, mostra que várias das questões do “pós-modernismo” como estilo de pensamento não circulam apenas na academia. Elas aparecem como dilemas existenciais e pragmáticos na própria vida cotidiana dos habitantes do mundo tardo-moderno – é o caso, digamos, do senso da fragilidade epistemológica das pretensões ao conhecimento ou, ainda, da ideia de que os indivíduos habitam “mundos” ou

"realidades" distintas de acordo com seu "jogo de linguagem" ou "forma de vida" cultural. A atenção de Giddens aos pontos de contato entre *self* e sociedade, psique e história, se manifestaria nas suas obras *Modernidade e autoidentidade* ([1991] 2002) e *A transformação da intimidade* ([1992] 1993b). O modo de expressão escolhido por Giddens nesses livros revelava seu interesse em atingir um público leitor que fosse além dos seus colegas na comunidade de cientistas sociais especializados. Se ele foi bem-sucedido nessa aspiração, por um lado, este esforço de "popularização" das suas visões sociológicas teve, por outro lado, um contrapeso negativo: a irritação decepcionada de teóricos antes habituados ao rigor analítico da teoria da estruturação diante do que consideraram um "Giddens *light*", repleto de afirmações apodíticas, proposições frouxas e argumentação...vaga" (ALEXANDER, 1996: 135). Seja como for, a tentativa de Giddens em alcançar uma audiência mais ampla de leitores também se refletiu no interior da própria literatura sociocientífica. Já no início dos anos 1980, ele havia publicado uma "introdução breve, porém crítica" à sociologia ([1982] 1984). Lá pelo final da mesma década, ele lança um massudo manual laconicamente intitulado *Sociologia* ([1989] 2005).

A "terceira via"

A obra de transição entre o terceiro e o quarto estágios da trajetória intelectual de Giddens é *Para além da esquerda e da direita*, de início projetada como terceiro volume de *Uma crítica contemporânea do materialismo histórico* ([1994] 1996). Como o título do livro já anuncia, o interesse predominante do sociólogo britânico nessa quarta etapa de seu percurso é a formulação do programa de uma "terceira via" ([1998] 2000c; 2007) entre capitalismo neoliberal e estatismo socialista na política europeia. Este estágio mais abertamente político do seu pensamento coincide com sua aproximação à agenda do "Novo Trabalhismo" de Tony Blair, o então popular primeiro-ministro britânico (estamos ainda bem antes do fiasco da segunda guerra do Iraque). Giddens já havia mostrado suas facetas de "administrador" e "empreendedor" pelo menos desde 1984, quando, em parceria com John Thompson e David Held, ele fundou uma editora especializada em títulos de ciências sociais e humanidades: a *Polity Press*. Entre 1997 e 2003, ele pôde dar curso ainda mais livre a tais facetas como diretor da *London School of Economics and Political Science*.

A agenda política da terceira via se dirigia aos desafios particulares da modernidade tardia, mas foi atrelada por Giddens a uma concepção mais geral quanto às tarefas da [teoria social crítica](#), tarefas que ele resumiu na noção propositalmente ambivalente de “realismo utópico” (1996: 283). O componente utópico dessa perspectiva deriva de sua recusa em considerar as características de formações sociais como necessárias e imutáveis. Se o curso da história não é pré-determinado, a imaginação de futuros alternativos é um elemento inescapável das ações políticas pelas quais os atores humanos procuram “fazer história”. Tal recurso à utopia tem de ser temperado pelo “realismo”, no entanto, pelo menos em dois sentidos: a) o reconhecimento de que, para serem factíveis, as propostas utópicas têm de partir de um conhecimento acurado das realidades a que se dirigem, isto é, dos potenciais e limites para a transformação existentes em tais sociedades; b) a sensibilidade aos efeitos não intencionais da ação intencional, ou seja, ao fato, amplamente demonstrado pela experiência histórica, de que as intervenções dos seres humanos na vida social produzem frequentemente consequências que escapam às intenções e expectativas dos seus produtores. Naturalmente, o equilíbrio entre as orientações “realista” e “utópica” no realismo utópico é delicado, podendo ser rompido em ambos os sentidos: a análise “realista” das dificuldades e riscos envolvidos na ação política pode subestimar o espaço possível para transformações emancipatórias, assim como o entusiasmo utópico pode levar à negligência irresponsável dos perigos e obstáculos envolvidos em certas empreitadas transformadoras.

A dupla Giddens-Blair (ou Tony e Tony) foi frequentemente acusada do primeiro desses erros, isto é, de encampar um realismo utópico que é “realista” demais e “utópico” de menos. Com efeito, no que toca ao impacto dos seus livros sobre a terceira via (2000c) e seus críticos (2007), a acolhida ambígua que Giddens havia encontrado nos seus estudos anteriores sobre a modernidade só fez exacerbar-se. Por um lado, são raros os cientistas sociais que chegaram tão perto quanto ele de se tornar um autor *best-seller*. Por outro lado, as acusações de superficialidade não apenas se acumularam, mas vieram a somar-se a críticas de esquerda à terceira via como resignação mal disfarçada ao antiestatismo neoliberal (Vandenberghe, 2013: 290). Há fortes indícios, entretanto, de que é nessa condição de intelectual público que Giddens pretende trabalhar até o final de sua

carreira, como sugerido pelo seu volume recente acerca d'*A política da mudança climática* ([2009] 2010).

Conclusão: as várias "terceiras vias"

Fazendo uso retrospectivo da expressão que marca a quarta fase do percurso de Giddens, poderíamos afirmar que cada um dos estágios anteriores desse percurso se caracterizou, na verdade, pelo trilhar de uma “terceira via” em uma paisagem intelectual polarizada: a) entre marxismo e “sociologia burguesa” na interpretação dos clássicos; b) entre determinismo objetivista e voluntarismo subjetivista na teoria da estruturação; c) e, finalmente, entre modernidade “clássica” e “pós-modernidade” no retrato sociológico da modernidade tardia. Como já dito lá em cima, apesar do inegável interesse provocado pelas distintas etapas da trajetória do pensador inglês, a série “Giddens em pílulas” terá como foco primordial a teoria da estruturação – sua mais valiosa contribuição, acredito, para as ciências sociais.

Volto em breve.

Referências

ALEXANDER, J. (1987) O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2.

_____ (1996) Critical reflections on ‘Reflexive Modernization’. *Theory, Culture & Society*, V.13, n.4.

GIDDENS, A. (1973). *The Class Structure of the Advanced Societies*. London: Hutchinson.

_____ (1978). *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1979). *Central problems in social theory*. Londres: Macmillan.

_____ (1981). *A contemporary critique of historical materialism (Vol.1): power, property and the state*. Londres: Macmillan.

_____ (1982). *Profiles and critiques in social theory*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

_____ (1984). *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

_____ (1993a). *New rules of sociological method*. Londres: Hutchinson.

_____ (1993b). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp.

_____ (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp.

_____ (1998). *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Unesp.

_____ (2000a). *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença.

_____ (2000b). *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta.

_____ (2000c). *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo: Record.

_____ (2001). *O estado-nação e a violência*. São Paulo: Edusp.

_____ (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2005). *Sociologia*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

_____ (2007). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp.

_____ (2010). *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (1997). *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp.

VANDENBERGHE, F. (2013). *What's critical about critical realism?* Londres: Routledge.